

Demonstrações Contábeis

UFV – Pitombeira S.A

(Em fase pré-operacional)

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
UFV Pitombeira S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da UFV Pitombeira S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

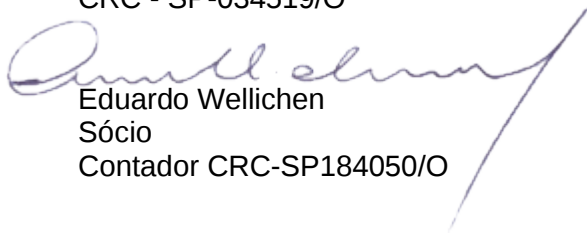
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2023.

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC - SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, which appears to read 'Eduardo Wellichen', is written over the printed name and title. The signature is fluid and cursive, with a long horizontal stroke extending to the right.

Eduardo Wellichen
Sócio
Contador CRC-SP184050/O

UFV Pitombeira S.A.

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Circulante		58.310	98
Caixa e equivalentes de caixa	5	37	98
Investimentos de curto prazo	6	57.718	-
Impostos de renda e contribuição social a compensar		555	-
Não circulante		178.867	883
Imobilizado em curso	7	178.867	883
Total do ativo		231.177	981
Passivo			
Circulante		661	9
Fornecedores		493	9
Obrigações com empregados		124	-
Outros tributos a pagar		44	-
Não circulante		230.790	970
Debêntures	8	207.045	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	23.745	970
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(274)	2
Capital social	10	48	48
Prejuízos acumulados		(322)	(46)
Total do passivo e do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		231.177	981

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UFV Pitombeira S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais	11	(276)	(8)
Prejuízo antes do resultado financeiro		<u>(276)</u>	<u>(8)</u>
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro		<u>(276)</u>	<u>(8)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(276)</u>	<u>(8)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UFV Pitombeira S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do exercício	(276)	(8)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(276)</u>	<u>(8)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UFV Pitombeira S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	26	(38)	(12)
Aumento de capital	22	-	22
Prejuízo do exercício	-	(8)	(8)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	48	(46)	2
Prejuízo do exercício	-	(276)	(276)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	48	(322)	(274)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UFV Pitombeira S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto renda e contribuição social	(276)	(8)
Varição nas contas patrimoniais		
Impostos de renda e contribuição social a compensar	555	-
Fornecedores	484	1
Obrigações com empregados	124	-
Outros tributos a pagar	44	-
	<u>1.207</u>	<u>1</u>
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	<u>931</u>	<u>(7)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições no imobilizado	(175.086)	(875)
Investimentos em aplicações financeiras	(48.220)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(223.306)</u>	<u>(875)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	22.775	980
Captação da 1ª emissão de debêntures	199.539	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	<u>222.314</u>	<u>980</u>
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>(61)</u>	<u>98</u>
Demonstração da (redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	98	-
Saldo no final do exercício	<u>37</u>	<u>98</u>
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>(61)</u>	<u>98</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Informações gerais

A UFV Pitombeira S.A. ("Companhia") foi constituída em 09 de dezembro de 2013, com sede localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 15º andar, cj. 151, sala I - Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia é controlada pela Alupar Investimento S.A. ("Alupar").

Em 16 de julho de 2021, a Companhia em Assembléia Geral Extraordinária, alterou a razão social de Transmissoras Reunidas S.A. para UFV Pitombeira S.A. e passou a ter como objeto social: (i) a exploração e implantação, da usina de geração de energia solar por fonte fotovoltaica UFV Pitombeira, e de seu sistema de transmissão de energia elétrica associado e demais obras complementares, no município de Aracati-CE, cadastrada na Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") sob o CEG nº UFV.RS.CE.034037-5.01; (ii) operação e manutenção da UFV Pitombeira; (iii) comercialização de energia no mercado atacadista e varejista.

A acionista controladora da Companhia, Alupar Investimento S.A. ("Alupar"), obteve em 24 de novembro de 2020, por meio da Resolução Autorizativa nº 9.471, emitida pela ANEEL, autorização para implantar e explorar a Central Geradora Fotovoltaica – UFV Pitombeira, bem como o sistema de interesse restrito da central geradora, constituído de uma subestação elevadora 34,5/230 kV, junto à usina, 1 X 66/88/110 MVA, e uma linha de transmissão em 230 kV, circuito simples, com aproximadamente 63 (sessenta e três) km de extensão conectando-a à SE Russas II. A central geradora será constituída por 210 unidades geradoras de 225 kW cada, totalizando 47.250 kW de potência instalada e 46.009 kW de potência líquida, sob o regime de comercialização no mercado livre. Posteriormente por meio da Resolução Autorizativa nº 11.906 de 24 de maio de 2022 foi transferida a titularidade da Autorização do empreendimento da Alupar Investimento S.A. para Companhia. O prazo para início de operação comercial é até 1º de dezembro de 2023. A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos a partir da data da resolução. Através da Resolução Autorizativa nº 11.906/2022 publicada em 30 de maio de 2022, foi feita a transferência de titularidade do usina fotovoltaica da Alupar para a UFV Pitombeira S.A.

A Companhia terá 50% de redução nas Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição – TUST e TUSD se o início da operação comercial de todas as unidades geradoras ocorrer em até 48 meses contados da data da sua outorga.

1.1. Impactos do COVID-19

A Companhia está em fase de construção e tem tomado todos os cuidados necessários de prevenção com base em orientações das autoridades sanitárias, para proteger colaboradores e prestadores de serviço. Não há previsão de atrasos nas construções que possam impactar adevsarmente os negócios da Companhia.

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente deles, a Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem baixo risco de volatilidade, tendo em vista seu perfil conservador.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2022 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação ou alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas pela Companhia.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 28 de março de 2023.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações dos passivos contingentes. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revisadas a cada data de reporte, e sendo necessária mudanças, as mesmas serão reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis, estão descritos na nota explicativa 3.4 sobre o imposto de renda e contribuição social e na nota explicativa 3.5 sobre a constituição de provisões.

3 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Instrumentos financeiros

- **Reconhecimento e mensuração inicial**

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo (VJR), acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

- **Classificação e mensuração subsequente**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender as condições de ser mantido para receber fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- Ativos financeiros a VJR: esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo ganhos ou perdas, é reconhecido no resultado.

- Ativos financeiros a custo amortizado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

3.1 Instrumentos financeiros - continuação

- **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

- **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Redução ao valor recuperável

- **Ativos financeiros não-derivativos**

Instrumentos financeiros

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

3.3 Imobilizado em curso

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, compreendendo custos de materiais, custos socioambientais, mão de obra direta e indireta, encargos financeiros elegíveis a capitalização líquida da receita de aplicações financeira e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

A depreciação se iniciará quando a Companhia entrar em operação comercial que será calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015.

Energia elétrica pode ser produzida ao trazer o ativo imobilizado para o local e condição necessários para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. A entidade reconhece a venda de tal energia elétrica, e o custo, no resultado de acordo com as normas contábeis aplicáveis.

3.4 Tributação

3.4.1 Imposto de renda e contribuição social correntes

O Imposto de renda (IR) e a Contribuição social (CSL) são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro tributável sob o regime de apuração com base no Lucro Real Anual.

O imposto de renda e a contribuição social diferida são reconhecidas com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia acumula prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no valor de R\$47 (R\$35 em 31 de dezembro de 2021), que gerariam potenciais créditos tributários. Tais créditos não foram reconhecidos, tendo em vista que as operações da Companhia não apresentarão base tributável de resultados que garanta a realização desses créditos e por conta que futuramente a Companhia irá adotar o regime de tributação pelo lucro presumido.

3.5 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisão para contingências: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possui processos judiciais com classificação provável ou possível de perda que sejam relevantes.

4 Novas normas e interpretações

4.1 Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2022

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2022 a norma abaixo, contudo, não há efeito material nas demonstrações contábeis:

- Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);

4.2 Novas normas e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas, mas ainda não obrigatórias até a data de emissão dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão descritas a seguir:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante e divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26);
- Definição de estimativas contábeis (alterações ao CPC 26);
- Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única (alterações ao CPC 32).

A Companhia está avaliando os impactos da adoção desses novos pronunciamentos e não espera efeitos materiais em suas demonstrações contábeis, quando esses estiverem em vigor.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e Bancos	5	-
Aplicações automáticas	32	98
	<u>37</u>	<u>98</u>

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, com liquidez imediata, a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, sem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

6 Investimentos de curto prazo

	31/12/2022	31/12/2021
Fundo de investimento	51.718	-
	<u>51.718</u>	<u>-</u>

A Companhia aplica seus recursos no Fundo de Investimento STA Energia cujo objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, sendo composto por operações compromissadas e títulos públicos. O fundo é mensurado ao valor justo por meio do resultado, e é remunerado em média por 99,35% do CDI em 31 de dezembro de 2022.

7 Imobilizado em curso

O saldo de Imobilizado é composto pelos custos de aquisição para construção do empreendimento conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento a fornecedores	171.514	863
Encargos financeiros capitalizados (Nota 8)	7.506	-
Receita financeira capitalizada	(3.641)	-
Gastos com pessoal	1.100	-
Gastos diversos a ratear	2.388	20
Total Imobilizado em curso	178.867	883

8 Debêntures

Financiadores	31/12/2022				31/12/2021
	Encargos	Custo a amortizar	Principal	Total	Total
1ª Emissão de Debentures	7.506	(461)	200.000	207.045	-
Total	7.506	(461)	200.000	207.045	-
Circulante	-	-	-	-	-
Não circulante	7.506	(461)	200.000	207.045	-

Em 22 de setembro de 2022, a Companhia realizou a 1ª Emissão de 200.000 debentures, totalizando R\$ 200.000, simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária nos termos do artigo 58 caputs, da Lei 6404/76, com garantia fidejussória adicional, para distribuição pública com esforços restritos. Os liquidantes são a Alfa Corretora e a NuInvest, sendo distribuição líquida financeiramente pela B3. As debêntures terão prazo de vencimento de 2 anos contados com a data de emissão, vencendo, portanto, em 22 de setembro de 2024. A amortização do principal e juros ocorrerá em parcela única na data do vencimento. A remuneração será de 100% das taxas médias diárias do DI – (Depósitos interbancários, acrescida de spread de 1,28% ao ano (base 252 dias).

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento de todas as cláusulas qualitativas de vencimento antecipado definidas na escritura de emissão, e em 31 de dezembro de 2022, todas essas obrigações estão sendo cumpridas.

Todos os recursos obtidos com as debêntures foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, foram utilizados na implantação do empreendimento.

Mapa de movimentação:	31/12/2021	Ingresso da dívida	Provisão de encargos (nota 7)	31/12/2022
1ª Emissão de Debêntures	-	199.539	7.506	207.045

9 Partes relacionadas

Transações com partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares.

Os saldos em aberto de R\$23.745 e R\$970, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente, são relacionados a Adiantamentos para futuro aumento de capital aportados pela controladora Alupar para que a Companhia possa manter suas atividades, e a expectativa de integralização é até setembro de 2023.

Remuneração da alta administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foi fixado remuneração aos membros do Conselho de Administração e Diretoria da Companhia.

10 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social integralizado e subscrito é de R\$48.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é a seguinte:

	Quantidade de ações	%
Alupar Investimento S.A.	47.991	100,00%
AF Energia S.A.	1	0,00%
	47.992	100,00%

11 Despesas operacionais

	31/12/2022	31/12/2021
Auditoria externa	(26)	(8)
Contrato de uso do sistema de transmissão	(250)	-
	(276)	(8)

12 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

12 Instrumentos financeiros – Continuação

12.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

	31/12/2022		31/12/2021		Classificação / Nível
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativos financeiros					
Caixa e Bancos	5	5	-	-	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	32	32	98	98	VJR / Nível 2
Investimento de curto prazo	57.718	57.718	-	-	VJR / Nível 2
	57.755	57.755	98	98	
Passivos financeiros					
Fornecedores	493	493	9	9	Custo amortizado
Debêntures	207.045	207.045	-	-	Custo amortizado
	207.538	207.538	9	9	

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

12.2 Hierarquia do valor justo

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve transferências entre avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III.

12.3 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

O risco de crédito é mitigado uma que a Companhia aplica seus recursos em bancos de primeira linha.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Análise de sensibilidade

Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2022, foi extraída a projeção do indexador CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores foram definidos 05 cenários diferentes.

12 Instrumentos financeiros – Continuação

Para cada cenário foi calculada a despesa e receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2022 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2022	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Debêntures	CDI +	207.045	5,31%	7,97%	10,63%	13,28%	15,94%
			13.790	19.360	24.930	30.500	36.070

Indexador	Posição em 31/12/2022	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Investimentos de curto prazo	CDI	57.718	5,31%	7,97%	10,63%	13,28%
			3.066	4.599	6.133	7.666

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas

Como a Companhia está em fase pré-operacional para a construção de novas instalações, poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades, dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

13 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Atualmente a Companhia possui seguro para Risco de responsabilidade civil no valor segurado de R\$5.000 e prêmio de R\$31 com vencimento até 31 de julho de 2023.

14 Compromissos

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia mantém contrato de prestação de serviços e fornecimento de materiais para a construção do empreendimento, no valor de R\$59.998

*

Daniela Ribeiro Mendes
Contadora - CRC 1SP199348/O-0

* *

João Eduardo Greco Pinheiro
Diretor Administrativo Financeiro